



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
Estado do Paraná

**PROMOÇÃO POR COMPETÊNCIAS E HABILIDADES**  
(Decreto nº 306/2016)

**TÉCNICO DE GESTÃO PÚBLICA**  
**FUNÇÃO PLEITEADA: TGPC10 - Assistência em Análise e Execução de Atividades Fiscais e Tributárias**

***INSTRUÇÕES AO SERVIDOR (TESTE OBJETIVO)***

- 1º Assim que receber o gabarito (com cuidado para não o rasgar) confira seus dados impressos e assine no local apropriado. Havendo dúvidas, solicite orientação ao fiscal de sala.
- 2º Verifique se o caderno de testes que você recebeu está de acordo com a função a que pretende concorrer.
- 3º Responda todas as questões primeiramente no caderno de testes (existe apenas uma alternativa correta) e, depois, com calma, transcreva ao gabarito (reserve dez minutos para isso). Não haverá substituição de gabarito e as questões que apresentarem rasuras, não estiverem assinaladas ou com mais de uma alternativa assinalada serão consideradas nulas.
- 4º O tempo mínimo de permanência do servidor em sala será de 30 minutos e a duração do teste objetivo não excederá a 03 horas.
- 5º Ao terminar de responder as questões no gabarito: permaneça sentado; chame o fiscal de sala e aguarde, ele vai conferir seus dados e sua assinatura e, estando tudo correto, ele recolherá seu gabarito e autorizará sua saída do recinto, sem o caderno de prova.
- 6º Após a saída da sala, não será permitida sua permanência nos corredores ou pátio ou o acesso a outras salas ou aos banheiros.

**Solicitamos sua compreensão e colaboração.**

**BOA PROVA!!!**

<b>Servidor:</b>	
<b>Matrícula</b>	<b>Função Pleiteada:</b>

-----

1-	2-	3-	4-	5-	6-	7-
8-	9-	10-	11-	12-	13-	14-
15-	16-	17-	18-	19-	20-	21-
22-	23-	24-	25-			



- 1) Com base na Lei nº 11.468/2011, Código de Posturas, analise as seguintes afirmações quanto à moralidade e sossego, divertimentos públicos e ao trânsito público:

I. Fica proibida a concessão de autorização para a realização de eventos com músicas eletrônicas ou ao vivo, de longa duração, fora do perímetro urbano, tais como chácaras, sítios, fazendas, pesqueiros e ilhas, conhecidos como festas "raves".

II. Não serão fornecidos alvarás de licença para casas de diversões noturnas que estiverem localizadas a menos de 300m (trezentos metros) lineares de hospitais, zonas residenciais, casas de saúde e assemelhados.

III. A autorização para realização de evento será expedida após a quitação dos tributos municipais devidos, relacionados ao evento, previstos no Código Tributário Municipal, da pessoa física ou jurídica solicitante.

IV. É proibido, nos logradouros públicos, no âmbito do Município, dentre outros, realizar a prática estudantil denominada trote.

V. Assiste à Polícia Militar e à CMTU-LD o direito de impedir o trânsito de qualquer veículo ou meio de transporte que possam ocasionar danos à vida humana ou à via pública.

As afirmações corretas estão em:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II, IV e V.
- c) II, III, IV e V.
- d) I, II, III e V.
- e) I, II, III, IV e V.

- 2) Sobre a moralidade e sossego e divertimentos públicos, previstos na Lei nº 11.468/2011, assinale a alternativa incorreta:

- a) a emissão de sons e ruídos, em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais, religiosas, recreativas ou dos serviços de lazer e diversão, culturais e esportivas, inclusive as de propaganda, obedecerá ao interesse da

saúde, da segurança e do sossego da população, assim como aos padrões e critérios determinados em regulamento, com base nas normas técnicas da ABNT.

- b) as autoridades competentes pela fiscalização deverão autuar os infratores responsáveis por fontes móveis de poluição sonora, que poderão ter seus equipamentos apreendidos como instrumentos comprobatórios das infrações, respondendo ainda pelas implicações jurídicas de ordem civil e criminal.
- c) são considerados diversão pública ou evento, para os efeitos do Código de Posturas, as festas, congressos, reuniões de caráter empresarial, político, científico, cultural, religioso e social, espetáculos de qualquer natureza, shows, exposições, circos, competições esportivas ou de destreza e similares, reuniões dançantes e outros acontecimentos ou atividades assemelhadas.
- d) a realização de eventos em locais que não possuem infraestrutura adequada à sua realização com relação ao acesso, segurança, higiene e perturbação do sossego público ficam condicionadas à emissão do Laudo do Corpo de Bombeiros.
- e) a autorização para a realização do evento poderá ser revogada a qualquer tempo, quando constatada qualquer irregularidade.

- 3) Na Lei nº 7.303/97, denominada Código Tributário do Município de Londrina - CTML, estão previstas as formas de extinção do crédito tributário. Assinale a alternativa que apresenta as formas de extinção previstas no CTML:

- a) pagamento, transação, remissão, decisão judicial transitada em julgado.
- b) dispensa, prescrição e decadência, compensação, remissão.
- c) pagamento, compensação, pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos do disposto no artigo 45 desta lei, exoneração.
- d) remissão, pregão, transação, prescrição e decadência.
- e) decisão judicial transitada em julgado, dispensa, remissão, pagamento, depósito em conta bancária do Município.

**4) Acerca da Lei nº 7.303/97, denominada Código Tributário do Município de Londrina - CTML, é correto afirmar, exceto:**

- a) a cobrança da Dívida Ativa do Município será procedida por via amigável e por via judicial.
- b) na cobrança da Dívida Ativa, o Poder Executivo poderá, mediante solicitação, autorizar o parcelamento de débito, para tanto, fixando os valores mínimos para pagamento mensal, conforme o tributo, para pessoas físicas e jurídicas.
- c) a dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez, mas não tem o efeito de prova pré-constituída, pois cabe ao contribuinte o ônus da prova.
- d) para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos comerciantes, industriais ou produtores, ou das obrigações destes de exibí-los.
- e) a fiscalização poderá requisitar, para exame na repartição fiscal, livros, documentos e quaisquer outros elementos vinculados à obrigação tributária.

**5) De acordo com a Lei nº 12.236/2015, que dispõe sobre o uso e ocupação do solo no Município de Londrina, assinale a alternativa incorreta sobre zonas industriais:**

- a) as zonas industriais destinam-se, exclusivamente, à implantação de indústrias, conforme suas restrições.
- b) as áreas administrativas das indústrias deverão atender aos parâmetros construtivos estabelecidos no Código de Posturas.
- c) estão isentas da obrigatoriedade da implantação de faixa de transição as áreas industriais já consolidadas, quando da promulgação da Lei 12.236/2015.
- d) a Zona Industrial destina-se, predominantemente, às atividades de produção ou de transformação.
- e) as Zonas Industriais poderão comportar micro indústrias e indústrias de pequeno, médio e grande porte.

**6) Assinale a alternativa que não está de acordo com a Lei nº 12.236/2015, que dispõe sobre o uso e ocupação do solo no Município de Londrina:**

- a) o uso do solo é o conjunto das diversas atividades consideradas permitidas para cada zona de acordo com o estabelecido na Lei 12.236/2015.
- b) são estabelecidas as seguintes categorias de usos: Residencial; Comercial; Serviço; Industrial e; Institucional.
- c) a Zona Comercial destina-se, predominantemente, às atividades comerciais e de serviços.
- d) os estabelecimentos industriais ficam classificados conforme os critérios de porte e/ou tipo de atividade, por ordem decrescente de restrição.
- e) a Lei 12.236/2015 contém as medidas de Polícia Administrativa a cargo do Município, estatuidas as necessárias relações entre o Poder Público local e as pessoas físicas ou jurídicas, liberando, fiscalizando, condicionando, restringindo ou impedindo a prática ou omissão de atos de particulares e disciplinando o funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais, de produção e de prestação de serviços, sempre no sentido de disciplinar e manter a ordem, a higiene, a moral, o sossego e a segurança pública.

**7) Sobre zonas comerciais e zonas industriais, assinale a alternativa correta com base na Lei nº 12.236/2015:**

- a) Zona Comercial 1 (ZC-1) ou zona central: é o centro histórico de origem da ocupação do município, que, além do comércio varejista e prestação de serviços, visa incentivar as indústrias de alimentos.
- b) Zona Comercial 2 (ZC-2): além da concentração de atividades de comércio varejista e a prestação de serviços assemelhadas às da zona central, visa estimular o uso comercial atacadista e de serviços.
- c) os estabelecimentos classificados como Indústria D (IND-D) com porte acima de 2000,00m<sup>2</sup> (dois mil metros quadrados) de

área construída, passarão a integrar a categoria de Macro Indústria.

- d) Zona Industrial 1 (ZI-1): destinada à implantação de indústrias de categoria micro e pequena empresa enquadradas no Simples Nacional.
- e) o estabelecimento industrial que fabricar, em uma única ou, em diferentes unidades do estabelecimento, mais de um produto final ou nelas desenvolver mais de um processo produtivo, prevalecerá para os efeitos desta Lei, no tocante à implantação, a categoria mais restritiva, independentemente do código cadastrado na Receita Federal do Brasil.

**8) De acordo com a lei de Sistema Viário, apresenta-se a relação das vias sujeitas a alteração nos traçados ou alinhamento. Com base nesse conceito é correto afirmar:**

- a) na aprovação do projeto, será considerado faixa inedificável a largura prevista pelo avanço do alargamento viário.
- b) a mudança de alinhamento não afeta o lote, pois utilizará parte do passeio público para o futuro alargamento.
- c) com exceção das Vias Arteriais, fica dispensada a exigência do recuo frontal, quando este (recuo frontal) for utilizado para a respectiva ampliação.
- d) as alterações de traçados visam exclusivamente adequar a dimensão das vias, de forma a garantir a acessibilidade para pessoas com deficiência.
- e) as construções existentes localizadas em vias com previsão de alargamento deverão ser removidas no prazo de 10 anos, não cabendo indenização por parte do Município.

**9) Mediante a um pedido de Visto de Conclusão de Obra, o fiscal dirige-se a uma edificação térrea, acompanhado do projeto arquitetônico aprovado. No presente projeto e documentação anexa, verifica-se que a área do lote mede 250m<sup>2</sup>. Ao chegar ao local, o fiscal observa que a edificação de formato retangular, apresenta uma ampliação em relação ao projeto aprovado. Realizando a medição, constata que a mesma possui**

**8,50m de largura e 20,0m de comprimento. Considerando que o zoneamento local, permite uma taxa de ocupação de 60%, e com base em seu conhecimento sobre a legislação, é possível ao fiscal constatar:**

- a) a residência atende aos parâmetros construtivos para o zoneamento, e está apta a receber o Visto de Conclusão.
- b) sendo uma pequena ampliação, a residência está apta a receber o Visto de Conclusão, somente se o passeio, atender a atual legislação, encontrar-se acessível e sem declividade junto aos lotes vizinhos.
- c) deverá notificar o proprietário a readequar e demolir parte da construção, pois excede o limite máximo permitido.
- d) deverá notificar o proprietário de que a obra encontra-se em desacordo com o projeto aprovado, e que o mesmo proceda à substituição do projeto, incluindo as ampliações constatadas, uma vez que são passíveis de aprovação.
- e) deverá notificar o proprietário, informando que devido ao acréscimo, não será possível atender a área permeável mínima exigida.

**10) Mediante processo administrativo e a pedido do proprietário ou possuidor do imóvel, o Município procederá à aprovação de projetos, não sendo obrigatória a seguinte opção:**

- a) muro de arrimo acima de 1,80m (um metro e oitenta centímetros).
- b) construção de edificação nova.
- c) obra de construção e instalação de antenas de telecomunicações.
- d) reparo nas calçadas dos logradouros públicos em geral, respeitando as normas estabelecidas para tanto.
- e) movimento de terra acima de 0,25m<sup>3</sup> (zero virgula vinte e cinco metros cúbico) por m<sup>2</sup> (metro quadrado).

**11) Um fiscal de obras necessita realizar a conferência de altura de uma determinada construção. Sem acesso ao topo da edificação, o fiscal observa que a sombra do edifício projetada no terreno mede 20,0m. Utilizando-se esse conceito, o fiscal verifica que a projeção de sua**

**própria sombra possui 4,0m de comprimento. Com base em seus conhecimentos, qual a altura aproximada da construção, admitindo-se que a altura do fiscal é de 1,60m:**

- a) 6,40m.
- b) 10,0m.
- c) 12,8m.
- d) 8,0m.
- e) 9,25m.

**12) Conforme as Disposições Gerais e Complementares à Lei de Uso e Ocupação do Solo é incorreta a afirmação:**

- a) os recuos de 5,00m (cinco metros) das vias públicas são exigidos para todas as datas, independentemente de sua localização na quadra, salvo as exceções previstas em Lei.
- b) não será permitida a reforma estrutural de edificações regularizadas que se encontrem na faixa de recuo de 5,00m (cinco metros), devendo esta, manter sua estrutura de origem, admitindo-se apenas melhoria estética.
- c) nas zonas Residenciais ZR-1, ZR-2 e ZR-3 poderá ser autorizada a instalação de abrigo, a título provisório, na faixa de recuo, desde que obedeça aos parâmetros estabelecidos.
- d) nos lotes de esquina, só serão considerados os recuos de frente e laterais.
- e) nas áreas circunvizinhas a Fundo de Vale, numa faixa perpendicular de 120,00m (cento e vinte metros) a partir da área de Preservação Permanente, serão permitidas somente edificações térreas, e com altura máxima de 5,00m (cinco metros).

**13) De acordo com as definições da Lei de Parcelamento de Solo, é correto afirmar, com exceção de:**

- a) alinhamento é a linha legal que limita os lotes, chácaras ou datas com relação à via pública.
- b) subdivisão é a divisão de lote, chacara e data, que implique na abertura de novas vias oficiais de circulação ou logradouros públicos, ou no prolongamento, modificação ou ampliação das existentes.

- c) anexação é a junção de dois ou mais lotes, chácaras ou datas para formar uma única unidade fundiária.
- d) área loteável é a área objeto do parcelamento de solo urbano, excluindo-se do total a área de preservação permanente e reserva legal.
- e) parcelamento do solo para fins urbanos é a divisão do lote sob forma de loteamento ou subdivisão.

**14) Só serão fornecidos Alvarás de Licença de Localização para os seguintes estabelecimentos, exceto:**

- a) que exploram as atividades de jogos eletrônicos e similares, bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas alcoólicas, desde que distem, no mínimo, 300 (trezentos) metros de centros de educação infantil, de estabelecimentos de ensino fundamental e médio.
- b) que exploram jogos de bilhar ou quaisquer dos seus similares, desde que situados em locais que distem, no mínimo, 300 (trezentos) metros de centros de educação infantil, de estabelecimentos de ensino fundamental, médio ou superior ou de bibliotecas públicas.
- c) instituições de ensino de nível técnico ou de cursos profissionalizantes, se estas comprovarem estar regularmente inscritas no respectivo conselho e no órgão competente e devidamente autorizadas e credenciadas pelo Conselho Estadual de Educação ou pelo Ministério da Educação.
- d) necrotérios, crematórios, casas de embalsamento e serviço de tanatopraxia, se instalados em edificações isoladas, e estiverem de acordo com a lei de uso e ocupação de solo urbano.
- e) instalações que armazenam resíduos sólidos, inclusive os ferros-velhos, devem possuir infraestrutura mínima adequada, prevendo proteção contra chuva, organização interna, restrição de acesso, dispositivo que impeça a entrada e proliferação de vetores, animais peçonhentos, acúmulo de água e, de toda forma, mantendo o ambiente organizado e em condições adequadas para higiene e limpeza, devendo ser fechados com muros em todas as faces do lote, com altura mínima de 2 metros.

**15) A licença para localização e funcionamento de estabelecimentos - pessoa física ou jurídica - será expedida depois de cumpridas as disposições do código de Posturas e procedida à juntada dos seguintes documentos, exceto:**

- a) licença sanitária, quando exigida pelo órgão municipal competente.
- b) licenciamento ambiental, em todos os casos.
- c) aprovação do plano de gerenciamento de resíduos, quando exigido pelo órgão municipal competente.
- d) certificado de vistoria do Corpo de Bombeiros.
- e) certificado de vistoria de conclusão de obra expedido pelo Município.

**16) Auto de Infração é o instrumento por meio do qual a autoridade municipal apura a violação de disposições do Código de Posturas e dos demais Códigos, Leis, Decretos e Regulamentos do Município, para os quais não se tenha estabelecido forma própria de processamento e execução. Os autos de infração obedecerão a modelos próprios e conterão, obrigatoriamente:**

**I. O dia, mês, ano, hora e lugar em que foi lavrado.**

**II. A descrição da infração.**

**III. A data da notificação ao infrator.**

**IV. A identificação do infrator.**

**V. A disposição infringida.**

**VI. A identificação e a assinatura do agente que lavrou.**

**VII. A assinatura do infrator.**

- a) I, II, IV, V e VII.
- b) II, III, IV, V e VI.
- c) I, III, IV, V e VII.
- d) I, II, IV, V e VI.
- e) II, III, IV, VI e VII.

**17) O estabelecimento poderá ser interditado, temporariamente, exceto no seguinte caso:**

- a) quando em desvio de finalidade, explorando atividade diversa da licenciada.

- b) quando estiver com instalações inadequadas à atividade exercida.
- c) como medida preventiva contra danos à convivência pacífica da vizinhança.
- d) como medida preventiva, a bem da higiene, da moral, sossego ou segurança pública.
- e) por solicitação de autoridade competente, com a devida justificativa e amparo legal.

**18) O infrator será notificado quanto ao início e à motivação do processo de Cassação do Alvará de Licença de Funcionamento, podendo apresentar sua defesa por escrito, devidamente fundamentada, no prazo de 7 (sete) dias. Uma vez apresentada, a defesa, será instruída e encaminhada à autoridade competente para o devido julgamento. Em caso de indeferimento ou sem que ocorra a defesa, será notificado o infrator e emitido o Termo De Cassação De Alvará, a ser homologado pelo Secretário Municipal de Fazenda. Após a publicação do Termo De Cassação De Alvará, o prazo para encerramento das atividades será de:**

- a) 24 horas.
- b) 60 horas.
- c) 36 horas.
- d) 48 horas.
- e) 72 horas.

**19) Em que momento será lançada a taxa de licença para localização:**

**I. No ato da concessão da licença.**

**II. No momento do deferimento do alvará de licença.**

**III. 30 dias após o deferimento do alvará de licença.**

Assinale a alternativa correta:

- a) todas estão corretas.
- b) somente a III está correta.
- c) sa I está correta.
- d) somente a II está correta.
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

**20) São considerados prédios:**

**I. Os imóveis com edificações em loteamentos não aprovados e aceitos.**

**II. Apenas os imóveis edificados que possam ser utilizados para habitação ou para o exercício de qualquer atividade comercial ou industrial, seja qual for a denominação, a forma ou o destino e desde que não compreendidos no artigo 167 do CTML.**

**III. Os imóveis edificados na zona rural quando utilizados em atividades comerciais, industriais e outras com objetivos de lucro diferentes das finalidades necessárias para a obtenção de produção agropastoril e sua transformação.**

**IV. Os imóveis com edificações em loteamentos aprovados e não aceitos.**

**Assinale a alternativa correta:**

- a) todas estão corretas.
- b) somente a III está correta.
- c) somente a III e a IV estão corretas.
- d) somente a II está correta.
- e) somente a I e II estão corretas.

**21) A taxa de fiscalização de publicidade incide sobre:**

- a) quaisquer instrumentos ou formas de comunicação visual ou audiovisual de mensagens, inclusive aqueles que contiverem apenas dizeres, desenhos, siglas, dísticos ou logotipos indicativos ou representativos de nomes, produtos, locais ou atividades de pessoas físicas ou jurídicas, mesmo aqueles afixados em veículos de transporte de qualquer natureza.
- b) anúncios de propaganda eleitoral regularmente inscritos no Tribunal Regional Eleitoral.
- c) anúncios e emblemas de entidades públicas, ordens e cultos religiosos, irmandades, asilos, orfanatos, entidades sindicais, ordens ou associações profissionais, hospitais, sociedades cooperativas, beneficentes, culturais, esportivas ou qualquer entidade de utilidade pública, quando colocadas nas respectivas sedes ou dependências.
- d) outros anúncios de afixação obrigatória, decorrentes de disposição legal ou

regulamentar, sem qualquer legenda, dístico ou desenho de valor publicitário, inclusive os que contiverem simplesmente os dizeres de identificação dos estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços.

- e) quaisquer tipos de anúncios, veiculados através de quaisquer tipos de instrumentos ou formas comunicação visual, inclusive para fins de propaganda eleitoral regularmente inscritos no Tribunal Regional Eleitoral.

**22) Qual é alíquota do ISS referente ao acompanhamento e fiscalização de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo, item 7.19 da lista de serviços:**

**I. 5% sobre o valor dos serviços prestados**

**II. 3% sobre o valor dos serviços prestados**

**III. 1,5% sobre o valor dos serviços prestados**

**IV. 4% sobre o valor dos serviços prestados**

**V. 4% sobre o valor dos serviços prestados com redução da base cálculo de 40%**

**Assinale a alternativa correta:**

- a) somente a V está correta
- b) somente a IV está correta
- c) somente a I está correta
- d) somente a II está correta
- e) n.d.a.

**23) O Conselho Municipal de Contribuintes é composto por quantos membros:**

- a) 05 (cinco) membros.
- b) 06(seis) membros.
- c) 08 (oito) membros.
- d) 10 (dez) membros.
- e) 07(sete) membros.

**24) O presidente e o vice presidente do Conselho Municipal de Contribuintes será escolhido dentre os representantes do Município pelo(s):**

- a) Prefeito do Município e Secretário de Fazenda.
- b) Presidente da Câmara dos Vereadores.
- c) Presidentes da Acil, OAB e Sindicato dos Contabilistas mediante consenso.
- d) Secretário de Fazenda.
- e) por sorteio entre os membros do colegiado.

**25) O Alvará de Licença de Funcionamento poderá ser cassado nos seguintes casos:**

**I. falta de regularização dentro do período de interdição.**

**II. por solicitação de autoridade competente, com a devida justificativa e amparo legal.**

**III. após a expedição do segundo Auto de Infração, pela mesma irregularidade, ainda que pago pelo infrator.**

**IV. descumprimento de normas regulamentares do seu funcionamento.**

- a) I, II e III estão corretos.
- b) I, III e IV estão corretos.
- c) III e IV estão corretos.
- d) II e III estão corretos.
- e) II e IV estão corretos.